



AGENTE DE TRÂNSITO – 21 A 40

21. (PMA/URCA 2026) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o condutor deve adotar comportamentos que garantam a segurança no trânsito, observando não apenas as sinalizações e regras, mas também as condições da via e a segurança de outros usuários. Com base nisso, assinale a alternativa que descreve corretamente uma obrigação do condutor para garantir a segurança no trânsito.

- A) O condutor deve avançar o sinal vermelho somente quando houver um risco iminente de acidente, desde que não prejudique a fluidez do trânsito.
- B) O condutor deve sempre respeitar a distância mínima de segurança do veículo à frente, levando em consideração as condições da via e do tráfego.
- C) O condutor de veículos largos, como caminhões, pode transitar em vias exclusivas para veículos de menor porte quando houver necessidade de desvio de trânsito.
- D) O condutor tem a obrigação de ultrapassar veículos à esquerda de forma obrigatória, independentemente da sinalização da via.
- E) O condutor deve sempre parar no cruzamento mesmo quando o semáforo estiver verde.

22. (PMA/URCA 2026) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o Sistema Nacional de Trânsito é responsável por organizar, planejar, administrar e executar as atividades relacionadas ao trânsito em todo o território nacional. Entre as atividades descritas no art. 5º do CTB como parte do Sistema Nacional de Trânsito está:

- A) Julgar os crimes federais de trânsito.
- B) Realizar o registro de veículos automotores.
- C) Regular a importação de veículos
- D) Definir padrões de fabricação de pneus.
- E) Conceder isenção de IPVA.

23. (PMA/URCA 2026) Em uma avenida de grande fluxo, um agente de trânsito, no exercício da sua função, observa um veículo parado sobre a faixa de pedestres, com o pisca-alerta ligado, enquanto o condutor se ausenta rapidamente para resolver assuntos pessoais. O veículo parado compromete a travessia dos pedestres, mas não interrompe totalmente o fluxo de veículos. Considerando as atribuições do agente de trânsito previstas no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) O agente pode registrar a infração cometida, autuando.
- B) O agente deve apenas orientar verbalmente o condutor, pois o pisca-alerta descaracteriza a infração.
- C) O agente deve tolerar a situação por se tratar de parada momentânea.
- D) O agente só poderá atuar caso haja congestionamento no local, visando preservar a segurança e a fluidez do trânsito.
- E) O agente deve encaminhar a ocorrência exclusivamente à autoridade policial.

24. (PMA/URCA 2026) Um cidadão adquire um veículo usado em um Estado diferente daquele em que reside. Após a compra, pretende regularizar a documentação e registrar o veículo no seu nome. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, quanto ao registro do veículo, assinale a alternativa correta:

- A) O registro deve ser realizado no Estado onde ocorreu a compra do veículo.
- B) Registrado o veículo, o proprietário receberá o CRV, em meio físico e/ou digital.
- C) O registro é facultativo para veículos usados.
- D) O veículo poderá circular livremente por até um ano sem registro definitivo.
- E) O registro deve ser feito no município onde o veículo foi anteriormente licenciado.

25. (PMA/URCA 2026) Um agente atende uma ocorrência de colisão entre dois veículos, sem vítimas, em via urbana. Os mesmos estão parados sobre a pista, causando lentidão no trânsito. Nessa situação, conforme o CTB, o agente deve:

- A) Manter os veículos no local até a chegada da polícia.
- B) Orientar os condutores a removerem os veículos para liberar a via.
- C) Isolar totalmente a área.
- D) Aplicar multa automaticamente aos dois condutores.
- E) Aguardar ordem judicial.

26. (PMA/URCA 2026) Numa abordagem de fiscalização de trânsito, o condutor informa ao agente, que é habilitado, mas não está portando a CNH. Após consulta ao sistema, o agente confirma que a habilitação está regular. O veículo está em boas condições. Nessa situação, o agente deve:

- A) Autuar por dirigir sem habilitação.
- B) Autuar e remover o veículo.



- C) Autuar por não portar documento obrigatório, sem retenção do veículo.
- D) Liberar o condutor sem fazer autuação, pois conseguiu fazer a consulta.
- E) Recolher a CNH.

27. (PMA/URCA 2026) Durante uma operação de fiscalização em via urbana, um agente de trânsito aborda um veículo que trafegava com licenciamento vencido, conduzido por motorista habilitado e sem outros ilícitos aparentes. Após consulta ao sistema, confirma-se que o CRLV está irregular há mais de 12 meses. Diante dessa situação, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, a providência correta a ser adotada pelo agente é:

- A) Lavar o auto de infração, aplicar apenas multa e liberar o veículo, mediante compromisso do condutor.
- B) Aplicar multa, recolher a CNH do condutor e liberar o veículo para regularização posterior.
- C) Lavar o auto de infração, aplicar multa e remover o veículo ao depósito, onde permanecerá até sua regularização.
- D) Advertir o condutor por escrito e determinar prazo para regularização, sem outras medidas.
- E) Aplicar multa e realizar apenas a retenção temporária do veículo no local da abordagem.

28. (PMA/URCA 2026) Durante uma blitz, o agente de trânsito constata que o veículo abordado está com a lâmpada traseira queimada. No local, o condutor providencia a substituição imediata da mesma. Nessa situação, o agente deve:

- A) Cancelar a autuação.
- B) Autuar e remover o veículo.
- C) Autuar, podendo liberar após sanada a irregularidade.
- D) Apenas advertir.
- E) Recolher a CNH.

29. (PMA/URCA 2026) Durante uma operação de fiscalização de alcoolemia, um condutor é abordado e, após ser devidamente informado sobre os procedimentos, recusa-se a realizar o teste do etilômetro, sem apresentar qualquer justificativa legal. Na situação não há necessidade de encaminhamento imediato à autoridade policial. Conforme a Resolução CONTRAN nº 573/2015 e o Código de Trânsito Brasileiro, o agente deverá:

- A) Por ausência de prova técnica, liberar o condutor.
- B) Registrar a ocorrência e aguardar ordem superior para autuação.
- C) Encaminhar o condutor à delegacia, já que ele se encontra alcoolizado.
- D) Realizar novo convite após intervalo mínimo de 15 minutos, sob pena de nulidade.
- E) Autuar o condutor aplicando as penalidades previstas no art. 165-A do CTB, que refere-se à recusa do teste do etilômetro.

30. (PMA/URCA 2026) Sobre a Resolução do Contran de Nº 623, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016 que trata sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, marque a alternativa INCORRETA.

- A) Constatada a permanência do veículo recolhido em depósito do órgão público responsável, do órgão público conveniado, do particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento, não reclamado por seu proprietário, por período superior a 60 (sessenta) dias, este será levado à alienação por meio de Leilão.
- B) Entende-se por remoção de veículos, o ato de encaminhamento do veículo ao pátio de custódia a qualquer título, decorrente de recolhimento, retenção, abandono ou acidente, realizado por órgão público ou por particular contratado por licitação pública, inclusive por meio de pregão.
- C) A despesa de remoção e estada será devida integralmente, por período contado em dias, a partir do recolhimento do veículo, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses.
- D) A restituição do veículo sob custódia somente ocorrerá mediante prévio pagamento de todos os débitos incidentes devidos, bem como o reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento.
- E) Em caso de veículo transportando carga de produto perigoso ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, a remoção imediata poderá não ocorrer, a critério do agente, verificadas as condições de segurança para circulação, nos termos do § 5º do art. 270 do CTB.

31. (PMA/URCA 2026) Um agente de trânsito, durante fiscalização de rotina em via urbana, aborda um veículo automotor de passeio e, ao verificar as condições de circulação, constata que o veículo não possui espelho retrovisor interno. O automóvel é fabricado em 2015. Com base na Resolução CONTRAN nº 912/2022, que estabelece os equipamentos obrigatórios para veículos em circulação, é correto afirmar que:



- A) O agente deve lavar o auto, pois a ausência de espelho retrovisor interno configura infração.
- B) A ausência do espelho retrovisor interno não configura irregularidade, pois esse equipamento é facultativo.
- C) O agente deve apenas orientar o condutor, sem autuar, porque o veículo é de passeio.
- D) O equipamento só é obrigatório em veículos fabricados a partir de 1º de janeiro de 2025.
- E) O veículo pode prosseguir, pois a falta de espelho interno é verificada apenas em vistoria veicular.

32. (PMA/URCA 2026) Um agente de trânsito aborda um veículo durante uma fiscalização, e o condutor informa não ter Carteira Nacional de Habilitação. Após consulta ao sistema, o agente constata que não existe registro de habilitação do condutor. Nos termos do CTB, essa conduta caracteriza:

- A) Infração leve.
- B) Infração média.
- C) Infração grave.
- D) Infração gravíssima.
- E) Infração administrativa sem penalidade.

33. (PMA/URCA 2026) Através de equipamento de fiscalização eletrônica, foi registrado que um veículo ultrapassou o sinal vermelho do semáforo às 00h15, em via urbana com fluxo regular. Conforme a Lei 9.503 de 1997, essa conduta configura:

- A) Infração média.
- B) Infração gravíssima.
- C) Infração grave.
- D) Infração leve.
- E) Não configura infração, por conta do horário.

34. (PMA/URCA 2026) Era manhã de domingo, quando o agente de trânsito no exercício de sua função, aborda um veículo conduzido por motorista cuja Carteira Nacional de Habilitação contém a observação “uso obrigatório de lentes corretivas”. No momento da abordagem, o agente percebeu que o condutor não utiliza óculos nem lentes de contato, embora esteja em condições normais de condução. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, essa conduta caracteriza:

- A) Infração leve, por se tratar de irregularidade formal.

- B) Infração média, por comprometer parcialmente a segurança.
- C) Infração gravíssima, por desrespeitar restrição estabelecida na habilitação.
- D) Infração grave, por colocar em risco a coletividade.
- E) Irregularidade administrativa sem penalidade, pois o horário permite dirigir sem lentes corretivas.

35. (PMA/URCA 2026) São agravantes nas penalidades dos crimes de trânsito conforme o CTB as alternativas abaixo, EXCETO:

- A) Quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga.
- B) Sobre faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.
- C) Com Carteira Nacional de Habilitação de categoria equivalente à categoria do veículo.
- D) Sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
- E) Com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros.

36. (PMA/URCA 2026) Analise as afirmativas abaixo com base no Código de Trânsito Brasileiro, e marque a alternativa CORRETA.

- I. Nos casos de crimes de trânsito, a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.
- II. Estar utilizando veículo sem placas agrava as penalidades nos crimes de trânsito.
- III. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.
- IV. Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, se imporá a prisão em flagrante mesmo se prestar pronto e integral socorro àquela.

São VERDADEIRAS somente as afirmativas:

- A) II e III;
- B) III e IV;
- C) II, III e IV;
- D) I, II e III;
- E) I, II e IV.



37. (PMA/URCA 2026) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, deverá ser imposta a penalidade de advertência por escrito quando:

- A) O condutor cometer uma infração grave, sem reincidência nos últimos 12 meses.
- B) O condutor cometer uma infração leve ou média, passível de ser punida com multa, desde que não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos 12 (doze) meses.
- C) O condutor cometer uma infração gravíssima, mesmo sem histórico de penalidades.
- D) Quando o agente de trânsito discernir necessário.
- E) O condutor cometer uma infração leve ou média, passível de ser punida com multa, desde que não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos 02 (dois) anos.

38. (PMA/URCA 2026) De acordo com as normas de trânsito, o auto de infração poderá ser lavrado sem abordagem do condutor quando:

- A) Houver autorização judicial.
- B) A infração for leve.
- C) O veículo estiver parado.
- D) Não for possível a abordagem no momento.
- E) Houver reincidência.

39. (PMA/URCA 2026) O art. 257 do CTB dispõe acerca da responsabilidade pelas infrações cometidas na condução de veículos. Com base nisso, é correto afirmar que:

- A) O proprietário será responsável quando não houver identificação do condutor.
- B) O condutor será sempre responsabilizado, ainda que não identificado.
- C) Toda infração será atribuída exclusivamente ao proprietário.
- D) A responsabilidade é sempre solidária.
- E) O agente escolhe quem será responsabilizado pela infração.

40. (PMA/URCA 2026) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização de trânsito. Considerando o CTB e as demais normas de trânsito referentes à sinalização, assinale a alternativa correta.

- A) A sinalização horizontal tem como principal objetivo orientar os pedestres sobre onde devem caminhar nas vias.
- B) A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.
- C) A sinalização de regulamentação tem a função de orientar o condutor quanto à posição em que deve estacionar o veículo.
- D) A sinalização vertical é exclusiva para demarcar as vias, não sendo utilizada para indicar qualquer tipo de advertência ou regulamentação.
- E) Nas vias públicas e nos imóveis é permitido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.